

**CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA**



METRO DO PORTO, S.A.

**CADERNO DE ENCARGOS
CLÁUSULAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA**

CO/2025/214

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

ÍNDICE	2
CADERNO DE ENCARGOS	4
I. DISPOSIÇÕES INICIAIS	4
1. Objeto	4
2. Definições	4
3. Âmbito	4
4. Disposições por que se rege o FORNECIMENTO	5
5. Regras de interpretação dos documentos que regem o FORNECIMENTO	6
6. Esclarecimento de dúvidas	6
7. Fornecimentos Complementares	7
II. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	7
II.1 PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DO FORNECIMENTO	7
8. Preparação e planeamento da execução do fornecimento	7
II.2 PRAZOS DE EXECUÇÃO	8
9. Início de Vigência do CONTRATO	8
10. Prorrogação dos prazos de execução do FORNECIMENTO	8
11. Multas por violação dos prazos contratuais	9
II.3 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO	9
12. Informações preliminares sobre o local do fornecimento	9
13. Condições gerais de execução dos fornecimentos	10
14. Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	10
15. Caução	11
16. Outros encargos do ADJUDICATÁRIO	11
17. Confidencialidade	13
II.4 PESSOAL	14
18. Obrigações gerais	14
19. Trabalho de estrangeiros	14
III. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	15
20. Preço base e condições de pagamento	15
21. Modo de retribuição do ADJUDICATÁRIO	16
22. Adiantamentos ao ADJUDICATÁRIO	16
23. Mora no pagamento	16
24. Definição de novos preços	17
IV. REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	17
25. Representação do ADJUDICATÁRIO	17
26. Gestor do CONTRATO	18
27. Defeitos	18
V. SEGUROS	19
28. Obrigações do ADJUDICATÁRIO	19
29. Objeto dos contratos de seguro	19
VI. GARANTIA, RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FORNECIMENTO	20
30. Receção do Fornecimento	20
31. Prazo de garantia	20
32. Obrigações do ADJUDICATÁRIO durante o prazo de garantia	21
33. Restituição dos depósitos e quantias retidas e extinção da caução	22
VII. SUSPENSÃO, RESOLUÇÃO E CESSÃO/SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO	22
34. Suspensão do CONTRATO	22
35. Resolução do CONTRATO	22
36. Resolução do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO	23
37. Cláusula penal	24
38. Alteração do pacto social	24
39. Cessão da posição contratual e Subcontratação	24
40. Foro competente e despesas do CONTRATO	25
41. Força Maior	25
VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS	28

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

42.	Autorizações da Metro do Porto, S.A.	28
43.	Acompanhamento do Fabrico	28
44.	Comunicação entre as partes	28
45.	Responsabilidade	29
46.	Outros encargos do ADJUDICATÁRIO	30
47.	Cadastro de Imobilizado	31

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA
CADERNO DE ENCARGOS

I. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Objeto

- 1.1.** O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efetuar no âmbito do concurso relativo ao ***"CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA"***, de acordo com as condições, características e especificações técnicas previstas no presente Caderno de Encargos.
- 1.2.** O presente Caderno de Encargos é constituído por Cláusulas Gerais, Cláusulas Técnicas e respetivos anexos.

2. Definições

- 2.1.** No presente procedimento, salvo se do contexto claramente resultar sentido diverso, os termos abaixo indicados terão o seguinte significado:
- a)** ADJUDICATÁRIO – Proponente cuja proposta foi objeto de adjudicação no âmbito do presente procedimento e com o qual foi celebrado o contrato para a realização do FORNECIMENTO;
 - b)** FORNECIMENTO - o conjunto dos fornecimentos que integram o objeto do contrato;
 - c)** CONTRATO – o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, pelo qual o adjudicatário se obriga a realizar o FORNECIMENTO mediante um preço e em determinado prazo, nos termos definidos no presente procedimento;
 - d)** FORNECEDOR(ES) – Empresa(s) especializada(s) na execução dos fornecimentos objeto deste procedimento;
 - e)** ENTIDADE ADJUDICANTE– a Metro do Porto, S.A.;
 - f)** PROPOSTA – o conjunto de documentos submetidos pelo adjudicatário do fornecimento;
 - g)** CCP – o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na atual redação;
 - h)** FISCALIZAÇÃO - Pessoal designados pela ENTIDADE ADJUDICANTE para efetuar o acompanhamento direto da entrega do FORNECIMENTO.

3. Âmbito

- 3.1.** Faz parte do presente concurso o fornecimento, transporte, entrega e descarga de todo o material ferroviário que constituem os 7 Aparelhos de Via, nos locais identificados no Caderno de Encargos.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- 3.2.** O material a fornecer, transportar, entregar e descarregar restringe-se ao local melhor identificado na Cláusula 2.3 do Caderno de Encargos - Cláusulas Técnicas.
- 3.3.** O FORNECIMENTO objeto do Contrato a celebrar inclui todos os planos de assentamento dos respetivos aparelhos de via, vídeos e fotos da pré-montagem em fábrica, assistência técnica em obra durante receção, montagem e em fase de garantia, assim como o fornecimento de manuais de instalação e manutenção dos aparelhos de via.

4. Disposições por que se rege o FORNECIMENTO

4.1. A execução do Contrato obedece:

- a)** Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, bem como a quaisquer aditamentos que venham eventualmente a ser celebrados de comum acordo entre a ENTIDADE ADJUDICANTE e o ADJUDICATÁRIO;
- b)** Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
- c)** Ao Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho, na sua redação atual;
- d)** Ao Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua redação atual;
- e)** À restante legislação, nacional e europeia, regulamentação e normas aplicáveis;
- f)** Às regras de arte;
- g)** Às especificações e instruções da Metro do Porto, S.A..

4.2. Para efeitos do disposto na alínea a) da cláusula 4.1, consideram-se integrados no CONTRATO:

- a)** O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b)** Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 50.º do CCP;
- c)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d)** O Caderno de Encargos;
- e)** A PROPOSTA;
- f)** Os esclarecimentos sobre a PROPOSTA prestados pelo ADJUDICATÁRIO;
- g)** Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- 4.3.** Os diplomas legais e regulamentares que se encontrem, a cada momento, em vigor e que se relacionem com o âmbito do CONTRATO, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais, cujo regime não haja sido alterado pelo CONTRATO ou documentos que dele fazem parte integrante.
- 4.4.** Terão ainda de ser respeitadas as disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.
- 4.5.** Nas suas relações com todos os intervenientes na área do FORNECIMENTO em questão, subempreiteiros, outros empreiteiros, prestadores de serviços, operadores, etc., o ADJUDICATÁRIO obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos CONTRATOS e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pela Metro do Porto, S.A. no âmbito do CONTRATO.
- 4.6.** Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o ADJUDICATÁRIO obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem, a cada momento, em vigor e que se relacionem com o FORNECIMENTO a realizar, nomeadamente devem satisfazer os requisitos das normas UIC, EN ou ISO.
- 4.7.** O ADJUDICATÁRIO obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos fornecimentos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do CONTRATO, as normas nacionais e europeias aplicáveis, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades titulares de direito de propriedade industrial ou intelectual, bem como as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

5. Regras de interpretação dos documentos que regem o FORNECIMENTO

As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 96.º do CCP.

6. Esclarecimento de dúvidas

- 6.1.** As dúvidas que o fornecedor tenha na interpretação dos documentos por que se rege o fornecimento devem ser submetidas à ENTIDADE ADJUDICANTE antes de se iniciar a execução do trabalho sobre o qual elas recaiam. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da realização do fornecimento, deverá o fornecedor submetê-las imediatamente à ENTIDADE ADJUDICANTE, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- 6.2.** O incumprimento do disposto no número anterior torna o ADJUDICATÁRIO responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, sem quaisquer encargos para a ENTIDADE ADJUDICANTE.

7. Fornecimentos Complementares

O ADJUDICATÁRIO tem obrigação de executar os fornecimentos complementares, desde que lhe sejam ordenados por escrito pela ENTIDADE ADJUDICANTE, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 371.º do CCP, sem prejuízo no n.º 2 do mesmo artigo, aplicável por força do artigo 447.º-A do CCP.

II. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

II.1 PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DO FORNECIMENTO

8. Preparação e planeamento da execução do fornecimento

8.1. O ADJUDICATÁRIO é responsável:

- a)** Pela execução de todos os fornecimentos para plena satisfação do objeto do CONTRATO, garantindo a qualidade técnica dos bens e equipamentos fornecidos, colocando à disposição da Metro do Porto, S.A. todos os seus conhecimentos técnicos e cumprindo a Legislação, as Normas Técnicas e os Regulamentos aplicáveis, bem como as condições do Caderno de Encargos;
- b)** Perante a ENTIDADE ADJUDICANTE, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os FORNECIMENTOS, seja qual for o agente executor, ainda que em caso de subcontratação.

8.2. Compete ao ADJUDICATÁRIO, sendo também seu encargo, a disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização do FORNECIMENTO e das atividades preparatórias ou acessórias, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e todos os equipamentos, o transporte, carga e descarga incluídos no âmbito do FORNECIMENTO.

8.3. O ADJUDICATÁRIO realiza todas as atividades que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução do fornecimento.

8.4. A preparação e o planeamento da execução do fornecimento compreendem ainda:

- a)** A apresentação pelo ADJUDICATÁRIO à ENTIDADE ADJUDICANTE de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução do FORNECIMENTO;
- b)** O esclarecimento dessas dúvidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE;

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- c) A apresentação pelo ADJUDICATÁRIO de reclamações relativamente a erros e omissões dos elementos disponibilizados pela ENTIDADE ADJUDICANTE nos termos previstos nos artigos 447.º-A e artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão da ENTIDADE ADJUDICANTE das reclamações apresentadas pelo ADJUDICATÁRIO;
- e) A apresentação pelo ADJUDICATÁRIO do plano de fabrico dos equipamentos.

II.2 PRAZOS DE EXECUÇÃO

9. Início de Vigência do CONTRATO

- 9.1. O CONTRATO entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da assinatura do contrato.
- 9.2. O FORNECIMENTO, entrega, transporte e descarga no local a indicar pela ENTIDADE ADJUDICANTE serão executados no prazo de 11 (onze) meses a contar da data referida no número anterior.
- 9.3. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao adjudicatário.
- 9.4. Na contagem dos prazos de execução do FORNECIMENTO consideram-se incluídos todos os dias decorridos, incluindo sábados, domingos e feriados.

10. Prorrogação dos prazos de execução do FORNECIMENTO

- 10.1. A prorrogação do prazo para execução do FORNECIMENTO só poderá ser concedida quando justificada por casos que a Metro do Porto, S.A. reconheça como sendo não imputáveis ao ADJUDICATÁRIO, de força maior ou por motivos imputáveis à Metro do Porto, S.A., e desde que o ADJUDICATÁRIO demonstre, inequivocamente, que tais casos impediram o cumprimento desse prazo.
- 10.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em nenhum caso os encargos resultantes da prorrogação do prazo, por causas não imputáveis à Metro do Porto, S.A., serão suportados por esta.
- 10.3. Sempre que o ADJUDICATÁRIO pretenda solicitar prorrogação de prazo, nos casos previstos em 10.1, o requerimento que solicita essa prorrogação deverá ser acompanhado da necessária e fundamentada justificação, com indicação, em pormenor, do equipamento necessário ao seu cumprimento e, bem assim, de quaisquer outras medidas que para o efeito o ADJUDICATÁRIO se proponha adotar.
- 10.4. Se houver lugar à execução de fornecimentos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do fornecimento e desde que o ADJUDICATÁRIO o requeira, o prazo para a conclusão do Fornecimento será prorrogado nos seguintes termos:

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- a) Sempre que se trate de fornecimentos complementares da mesma espécie dos definidos no CONTRATO;
 - b) Quando os fornecimentos forem de espécie diversa dos que constam no CONTRATO, por acordo entre a ENTIDADE ADJUDICANTE e o ADJUDICATÁRIO, considerando as particularidades técnicas do fornecimento.
- 10.5.** Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.
- 10.6.** Os pedidos de prorrogação referidos na presente cláusula deverão ser apresentados até 22 (vinte e dois) dias úteis antes do termo do prazo cuja prorrogação é solicitada, a não ser que os factos em que se baseiam hajam ocorrido posteriormente.
- 10.7.** Sempre que ocorra suspensão dos fornecimentos, não decorrente da própria natureza destes últimos, nem imputável ao ADJUDICATÁRIO, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo de execução do FORNECIMENTO, sem prejuízo do disposto na cláusula 10.3.

11. Multas por violação dos prazos contratuais

- 11.1.** Se o ADJUDICATÁRIO não cumprir as suas obrigações no âmbito do FORNECIMENTO, em caso de atraso no início ou na conclusão da execução do fornecimento no prazo contratualmente estabelecido, acrescido de prorrogações gratuitas ou legais, por facto imputável ao ADJUDICATÁRIO, a Metro do Porto, S.A. pode aplicar, até à conclusão da execução do fornecimento, ou até à resolução do CONTRATO, de uma multa diária por cada dia de atraso, em valor correspondente de até 1‰ (um por mil) do preço contratual, até ao limite máximo de 20% do preço contratual, salvo o disposto no número 3 do artigo 329.º do CCP e sem prejuízo do direito de resolver o CONTRATO nos termos previstos na Cláusula 36.
- 11.2.** As multas previstas nos números anteriores, podem ser, a requerimento do ADJUDICATÁRIO ou por iniciativa da Metro do Porto, S.A., reduzidas a montante adequado ou anuladas, sempre que se mostrem desajustadas em relação aos prejuízos reais sofridos pela Metro do Porto, S.A.

II.3 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

12. Informações preliminares sobre o local do fornecimento

Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no CONTRATO, entende-se que o ADJUDICATÁRIO se inteirou das condições do local de entrega do FORNECIMENTO, designadamente a sua localização e, como tal, está perfeitamente inteirado dos condicionalismos do local, de todas as dificuldades e

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

exigências que envolvam equipamentos, mão-de-obra, acessibilidades, bem como todos os fatores e circunstâncias que, de algum modo, possam interferir ou condicionar a entrega do FORNECIMENTO, tendo todos sido devida e perfeitamente contemplados na PROPOSTA.

13. Condições gerais de execução dos fornecimentos

13.1. O FORNECIMENTO deve ser executado de acordo com as regras de arte e em perfeita conformidade com o Caderno de Encargos e com as demais especificações, regulamentos e outros documentos normativos, contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

13.2. Salvo disposição em contrário constante deste Caderno de Encargos, correrão por conta do ADJUDICATÁRIO, os seguintes custos e responsabilidades:

- a)** Tudo o que for necessário (designadamente materiais, equipamentos e mão de obra) para a execução completa dos fornecimentos, de acordo com a melhor técnica e regras da arte, de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais e normas aplicáveis;
- b)** Prestação da informação, para todos os tipos de materiais, componentes e equipamentos do âmbito contratual, aplicados ou fornecidos neste âmbito, de identificação dos respetivos fabricantes, marca, modelo e referência comercial e especificações técnicas e funcionais. Esta informação deverá ser entregue de forma completa nas datas de entrega dos respetivos aparelhos, constantes da cláusula 9 e deverá ser atualizada durante o período de garantia nos casos em que ocorram alterações, sem prejuízo de nos casos sujeitos a prévia aprovação por parte da Metro do Porto, S.A. dever ser feita nos momentos necessários.
- c)** Durante o prazo de garantia, corrigir e reparar todos os defeitos do FORNECIMENTO e de todos os materiais, equipamentos e elementos que o integram, bem como prestar esclarecimentos à Metro do Porto, S.A. ou a entidade por esta indicada, para realização de atividades de operação e/ou manutenção, relativos à operação, utilização ou manutenção dos equipamentos construídos ou fornecidos.

14. Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

14.1. Salvo no que respeite a equipamentos, materiais e elementos que sejam fornecidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, correm inteiramente por conta do ADJUDICATÁRIO os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, direta ou indireta, na execução do FORNECIMENTO, de equipamentos, materiais, elementos de

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

montagem e/ou fabrico ou de processos de montagem e/ou fabrico a que respeitem quaisquer direitos de propriedade intelectual, patentes registadas, licenças, marcas de comércio ou fabrico, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.

14.2. Em consequência do número anterior, o ADJUDICATÁRIO é exclusivamente responsável no caso de surgir qualquer questão judicial ou reclamação feita à Metro do Porto, S.A., resultante de violação ou alegada violação desses direitos.

14.3. No caso de a ENTIDADE ADJUDICANTE ser demandada por infração na execução dos fornecimentos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o ADJUDICATÁRIO indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

15. Caução

15.1. A caução prestada pelo ADJUDICATÁRIO para garantir o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO pode ser executada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo ADJUDICATÁRIO das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de multas contratuais pecuniárias, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no CONTRATO ou na lei.

15.2. A resolução do CONTRATO pela ENTIDADE ADJUDICANTE não impede a execução da caução nos termos da lei ou do CONTRATO.

15.3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o ADJUDICATÁRIO na obrigação de proceder à sua reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da ENTIDADE ADJUDICANTE para esse efeito, na exata medida em que a mesma venha a ser utilizada.

16. Outros encargos do ADJUDICATÁRIO

16.1. Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, o ADJUDICATÁRIO é exclusivamente responsável pelos seguintes aspetos, correndo exclusivamente por sua conta os custos incorridos com:

- a)** A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao ADJUDICATÁRIO e que não resultem da própria natureza do fornecimento, sejam sofridos pela Metro do Porto, S.A., seus agentes ou por terceiros, até ao final do prazo de garantia do FORNECIMENTO, em consequência do modo de execução deste último, da atuação do pessoal do ADJUDICATÁRIO ou dos seus subcontratados ou qualquer pessoa ou entidade a cuja colaboração o ADJUDICATÁRIO recorrer, e do deficiente

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

comportamento ou da falta de segurança das instalações, obras, materiais, elementos de instalação, montagem, construção e equipamentos;

- b)** Os prejuízos causados aos fornecedores e/ou adjudicatários a executar trabalhos para a Metro do Porto, S.A., por motivos imputáveis ao ADJUDICATÁRIO;
- c)** As indemnizações devidas por todos os acidentes ou danos acontecidos no âmbito do FORNECIMENTO. É ainda responsável pelas perdas ou danos materiais ou corporais ou danos morais ocasionados a terceiros em geral, à Metro do Porto, S.A. e em todo o seu património, seus agentes, representantes ou convidados em visita ao local de entrega, e em todo o seu património quer se localize na zona da entrega ou por ela transite, seus clientes ou utentes, representantes, agentes e convidados em visita ao local de entrega e a qualquer veículo pertença ou não dos operadores, que transite pelo local da entrega, em consequência ou não da execução dos fornecimentos, por ação ou omissão dos seus agentes ou trabalhadores, subcontratados, do deficiente comportamento ou falta de segurança dos materiais, montagem e equipamentos auxiliares dos fornecimentos.

16.2. Constitui ainda encargo do ADJUDICATÁRIO a celebração dos contratos de seguros indicados no presente Caderno de Encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do CONTRATO.

16.3. Se a Metro do Porto, S.A. tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do CONTRATO, incluindo este Caderno de Encargos, são da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO, este indemnizá-la-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, bem como assistirá à Metro do Porto, S.A., o direito de regresso das quantias que pagou ou que tiver que pagar, podendo fazer a compensação, designadamente com a faturação em dívida, ou acionar as garantias.

16.4. São ainda obrigações do ADJUDICATÁRIO, para além das resultantes do CONTRATO e da legislação aplicável:

- a)** Executar o FORNECIMENTO que lhe for adjudicado com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b)** Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento da Metro do Porto, S.A., qualquer informação recebida desta;
- c)** Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos fornecimentos venha a ter acesso, comprometendo-se a não a utilizar para outros fins que não os do CONTRATO;
- d)** Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Metro do Porto, S.A. ou dos seus representantes;
- e)** Comunicar à Metro do Porto, S.A., imediatamente e por escrito, a ocorrência de qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento do CONTRATO;

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- f)** Responsabilizar-se por todos os danos, sejam eles patrimoniais ou não patrimoniais, causados à Metro do Porto, S.A. ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da execução do FORNECIMENTO, da atuação do seu pessoal, da sua execução deficiente, do transporte e da carga dos bens e equipamentos fornecidos;
- g)** Responsabilizar-se pela correção de todos os defeitos verificados, independentemente da sua causa, que deverão ser pronta, devida e obrigatoriamente reparados pelo ADJUDICATÁRIO ou por conta e risco deste, entendendo-se que a reparação pode chegar, se necessário, à substituição integral do equipamento defeituoso;
- h)** Prestar todos os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Metro do Porto, S.A., no âmbito do objeto do CONTRATO;
- i)** Respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento acordados por forma escrita, nomeadamente, quando envolvam terceiros;
- j)** Assegurar a entrega e/ou a correção de todos os documentos previstos no âmbito do CONTRATO.

17. Confidencialidade

- 17.1.** O ADJUDICATÁRIO deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do CONTRATO.
- 17.2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do CONTRATO.
- 17.3.** O ADJUDICATÁRIO deve assegurar que os seus trabalhadores, colaboradores e subcontratados observam o dever de sigilo previsto na presente cláusula e adotar todas as medidas necessárias e convenientes para o efeito.
- 17.4.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo ADJUDICATÁRIO ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 17.5.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do CONTRATO, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

II.4 PESSOAL

18. Obrigações gerais

- 18.1.** É da exclusiva responsabilidade do ADJUDICATÁRIO o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal empregado na execução do FORNECIMENTO, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, à aptidão profissional, à aptidão física e psíquica para o exercício das suas funções, às condições de trabalho, à organização do tempo de trabalho, à disciplina, à nacionalidade e idade, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva aplicável, incluindo a relativa aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho, competindo-lhe, ainda, assegurar a identificação de todo o pessoal no fornecimento, efetuando o respetivo controlo de acesso.
- 18.2.** O ADJUDICATÁRIO é o único responsável perante a Metro do Porto, S.A. pelos atrasos verificados no FORNECIMENTO em consequência, nomeadamente, de sanções aplicadas por organismos oficiais ou outras entidades competentes, por falta de cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 18.3.** O ADJUDICATÁRIO deve manter a boa ordem no local dos fornecimentos, devendo retirar do local dos mesmos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem da ENTIDADE ADJUDICANTE, o pessoal que haja tido comportamento perturbador nos fornecimentos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes da ENTIDADE ADJUDICANTE, do ADJUDICATÁRIO, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 18.4.** A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o ADJUDICATÁRIO o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal em causa.
- 18.5.** As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada no FORNECIMENTO devem estar de acordo com as necessidades dos fornecimentos.

19. Trabalho de estrangeiros

- 19.1.** O ADJUDICATÁRIO deve observar o disposto na legislação portuguesa em matéria de trabalho de estrangeiros em território português, designadamente o disposto na Lei n.º 23/2007 de 4 de julho, na sua redação atual.
- 19.2.** O ADJUDICATÁRIO deve, ao longo da execução do CONTRATO, se aplicável, remeter à Metro do Porto, S.A., cópia dos contratos de trabalho celebrados com os trabalhadores estrangeiros afetos aos fornecimentos e de declaração atestando o cumprimento das obrigações decorrentes da lei relativamente aos trabalhadores

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

emigrantes contratados, para efeitos do disposto no artigo 198.º-A, n.º 6, da Lei n.º 23/2007 de 04 de julho, na sua redação atual.

- 19.3.** O incumprimento da obrigação consignada no número anterior e bem assim a falsidade das declarações emitidas, para além das necessárias implicações de natureza criminal e contraordenacional, constitui o ADJUDICATÁRIO responsável perante a Metro do Porto, S.A. pela reparação de todos os danos e prejuízos sofridos por esta, obrigando-se a ressarcir-la do pagamento de todas as quantias eventualmente despendidas por força do disposto no artigo 198.º-A, n.º 6, da Lei 23/2007 de 04 de Julho, na sua redação atual.
- 19.4.** Os factos referidos no número anterior serão prontamente comunicados à Inspeção do Trabalho.

III. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

20. Preço base e condições de pagamento

- 20.1.** Nos termos e para os efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base do FORNECIMENTO é de **500 000,00 euros (quinhentos mil euros)**, valor ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável.
- 20.2.** O pagamento ao ADJUDICATÁRIO dos fornecimentos incluídos no CONTRATO far-se-á de acordo com as seguintes regras:
- a) 10% do preço contratual global, após entrega e aprovação por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE do projeto de execução, a ser elaborado nos termos da Cláusula 10.ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas;
 - b) 90% do preço contratual global, após a entrega, mediante a aprovação por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE, de todos os aparelhos e todos os documentos que fazem parte do objeto do presente concurso, de acordo com o disposto na Cláusula 3.ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais.
- 20.3.** As faturas serão pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da sua receção.
- 20.4.** Para efeitos da contagem de prazo, as faturas só se consideram recebidas quando se encontrarem conferidas e aceites pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
- 20.5.** A verificação de qualquer defeito no fornecimento ou a sua não aprovação pelo ENTIDADE ADJUDICANTE, com fundamento na sua desconformidade com as características técnicas exigidas, implica a necessária e imediata suspensão de todos os pagamentos pela Metro do Porto, S.A., enquanto o ADJUDICATÁRIO não proceder à reparação ou substituição requeridas pelo defeito verificado.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

20.6. Nos termos do n.º 6 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, a Metro do Porto, S.A. encontra-se obrigada ao cumprimento dos prazos de pagamento e, bem assim, às consequências que advêm dos atrasos de pagamento, ambos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

20.7. Não haverá lugar à revisão de preços.

21. Modo de retribuição do ADJUDICATÁRIO

21.1. O montante da remuneração a receber pelo ADJUDICATÁRIO corresponde ao preço contratual fixado para a realização de todos os fornecimentos previstos no CONTRATO.

21.2. Os preços unitários são os constantes da “Lista de Preços Unitários” que o ADJUDICATÁRIO apresentou com a sua PROPOSTA no ato do concurso.

21.3. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a executar, pelos preços constantes na sua PROPOSTA apresentada em concurso todos os fornecimentos descritos no Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar, sem direito a remunerações complementares, as atividades subsidiárias que forem consequentes daqueles ou necessárias para a sua perfeita execução, cumprindo todas as instruções que, para esse efeito, lhe forem dadas pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

22. Adiantamentos ao ADJUDICATÁRIO

22.1. As condições de concessão de adiantamentos ao ADJUDICATÁRIO são aquelas previstas nos artigos 292.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

22.2. No caso de a ENTIDADE ADJUDICANTE conceder adiantamentos, de acordo com o previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, sendo aplicável ao modo de prestação da correspondente caução o disposto nos artigos 23.º e 24.º do Programa do Concurso.

22.3. O reembolso dos adiantamentos será, nos termos previstos na lei, gradualmente deduzido nos pagamentos contratuais a efetuar ao ADJUDICATÁRIO.

22.4. A caução, para garantia de adiantamento, é progressivamente libertada à medida que forem realizados os fornecimentos correspondentes ao pagamento adiantado efetuado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

22.5. Todas as despesas decorrentes da prestação de garantia bancária relativas a adiantamentos serão de conta do ADJUDICATÁRIO.

23. Mora no pagamento

Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações de pagamento previstas no presente CONTRATO, tem o ADJUDICATÁRIO direito aos juros de mora sobre

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, aplicando-se o disposto no artigo 326.º do CCP.

24. Definição de novos preços

- 24.1.** Sempre que houver lugar à necessidade de estabelecer novos preços para os fornecimentos de natureza ou quantidade diferentes das constantes do CONTRATO, deverá o ADJUDICATÁRIO apresentar uma proposta de preço para os mesmos, acompanhando os elementos de justificação e caracterização daqueles, incluindo a indicação do prazo de execução.
- 24.2.** A proposta do ADJUDICATÁRIO para a execução destes fornecimentos deve fazer-se acompanhar igualmente por uma justificação, do ponto de vista legal, do enquadramento dos mesmos.
- 24.3.** Estes preços unitários devem ser construídos com base nos preços unitários e margens constantes do CONTRATO e documentos que o integrem, sempre que aplicável, e constar de uma explicação em termos de preços de mercado, discriminada em termos de novos preços unitários considerados, sempre que a natureza daqueles for diversa dos fornecimentos constantes do CONTRATO.

IV. REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25. Representação do ADJUDICATÁRIO

- 25.1.** O ADJUDICATÁRIO nomeará um representante que servirá de principal interlocutor com a ENTIDADE ADJUDICANTE, durante a execução do CONTRATO.
- 25.2.** Esta designação será feita entre a adjudicação e a assinatura do CONTRATO, sendo que deverá ser apresentada declaração subscrita pelo técnico, com assinatura reconhecida, assumindo as funções de representante do ADJUDICATÁRIO no âmbito do FORNECIMENTO e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 25.3.** As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução do FORNECIMENTO são dirigidos diretamente ao representante do ADJUDICATÁRIO.
- 25.4.** A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá impor a substituição do representante do ADJUDICATÁRIO, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

26. Gestor do CONTRATO

Para efeitos de acompanhamento da execução do CONTRATO e das demais funções atribuídas pelo artigo 290.º-A do CCP, a ENTIDADE ADJUDICANTE nomeará o Gestor do Contrato que representará o mesmo nos termos constantes do CONTRATO.

27. Defeitos

27.1. Para efeitos do CONTRATO será considerado defeito, alternativamente:

- a)** Toda e qualquer desconformidade entre o fornecimento efetivamente realizado e o CONTRATO;
- b)** Toda e qualquer não conformidade entre o fornecimento e as normas legais e regulamentares aplicáveis, sejam de natureza imperativa ou dispositiva;
- c)** Qualquer vício dos equipamentos que os desvalorizem, reduzam a sua utilidade ou aptidão para os fins a que se destinam.

27.2. Sempre que a Metro do Porto, S.A. considerar que existe um defeito, pode, durante o período de garantia, prescrever ao ADJUDICATÁRIO as medidas destinadas a eliminar esse defeito, ainda que tal obrigue à suspensão total ou parcial do fornecimento. Tais medidas poderão compreender, eventualmente, a substituição parcial ou total dos equipamentos fornecidos.

27.3. No caso de se verificar a existência de um defeito, as despesas efetuadas com o restabelecimento da integridade do fornecimento ou com a sua reposição em conformidade com as regras da arte e das disposições contratuais serão da conta do ADJUDICATÁRIO.

27.4. O estipulado nos números anteriores não constitui motivo justificativo de qualquer prorrogação dos prazos de conclusão dos fornecimentos, se se confirmar a responsabilidade do ADJUDICATÁRIO nos defeitos detetados.

27.5. Caso se verifique a existência de defeitos, a Metro do Porto, S.A., sem prejuízo do direito ao ressarcimento dos danos sofridos em consequência de tais defeitos, terá ainda direito à redução do preço do CONTRATO quando o ADJUDICATÁRIO não tenha procedido à sua eliminação.

27.6. A Metro do Porto, S.A. poderá ainda resolver o CONTRATO no caso de incumprimento do ADJUDICATÁRIO que conduza à perda de interesse, ficando neste caso o ADJUDICATÁRIO obrigado a ressarcir nos termos gerais os danos causados à Metro do Porto, S.A.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

V. SEGUROS

28. Obrigações do ADJUDICATÁRIO

- 28.1.** O adjudicatário obriga-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data de celebração do contrato.
- 28.2.** O adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 28.3.** A Metro do Porto pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitido o acesso às instalações da Metro do Porto sem a exibição destes documentos.
- 28.4.** Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 28.5.** Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do adjudicatário.
- 28.6.** Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, a Metro do Porto reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.
- 28.7.** O adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da conclusão do contrato.

29. Objeto dos contratos de seguro

- 29.1.** O adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de Acidentes de Trabalho, cuja apólice deve abranger todos os funcionários por si contratados, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que os funcionários subcontratados se encontram igualmente abrangidos por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 29.2.** Sempre que para a execução do contrato se preveja a utilização de veículos próprios do adjudicatário, o mesmo obriga-se a apresentar prova da contratação de um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Automóvel que deve abranger todos os veículos de locomoção própria sujeitos à aplicação das normas legais sobre responsabilidade civil automóvel, aplicando-se a mesma exigência aos veículos utilizados pelos subcontratados.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

29.3. O adjudicatário obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de Responsabilidade Civil Geral de Exploração, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Responsabilidade civil que, ao abrigo da Lei Civil, seja imputável aos Segurados por danos patrimoniais e não patrimoniais, causados a Terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência direta de sinistro relacionado com a execução do contrato objeto do presente caderno de encargos;
- b) A apólice deverá incluir a cobertura de responsabilidade civil cruzada;
- c) O limite de indemnização não poderá ser inferior a 500.000 euros por sinistro e no agregado.

VI. GARANTIA, RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FORNECIMENTO

30. Receção do Fornecimento

30.1. A ENTIDADE ADJUDCANTE será responsável por coordenar com o ADJUDICATÁRIO os locais específicos e dias para a entrega de cada Aparelho de Via.

30.2. A ENTIDADE ADJUDICANTE estará presente nos locais de entrega do FORNECIMENTO, nas datas acordadas com o ADJUDICATÁRIO.

30.3. Da entrega será lavrado auto, assinado pelo FORNECEDOR e pela ENTIDADE ADJUDICANTE, onde será declarado se o FORNECIMENTO está em condições de ser recebido.

30.4. A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá dispensar-se de proceder no todo ou em parte à receção em fábrica dos aparelhos de via, o que não exclui qualquer responsabilidade ao ADJUDICATÁRIO pela ocorrência de eventuais defeitos ou falhas detetados em qualquer fase posterior até ao término do prazo de garantia, ficando a expensas do ADJUDICATÁRIO todas as ações necessárias para a reposição das partes defeituosas.

31. Prazo de garantia

31.1. Na data da entrega dos equipamentos inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o ADJUDICATÁRIO está obrigado a corrigir todos os defeitos do FORNECIMENTO, e de todos os seus constituintes, bem como prestar os esclarecimentos à Metro do Porto, S.A. ou a entidade por esta indicada, para realização de atividades de manutenção, relativas aos equipamentos fornecidos.

31.2. Sem prejuízo do estipulado no CONTRATO, o prazo de garantia é de 3 (três) anos, contado a partir da data de entrega dos equipamentos.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

31.3. Caso tenham ocorrido entregas parcelares, o prazo de garantia fixado na cláusula anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes do fornecimento que tenham sido recebidas pela Metro do Porto, S.A.

32. Obrigações do ADJUDICATÁRIO durante o prazo de garantia

32.1. O ADJUDICATÁRIO responderá perante a Metro do Porto, S.A., durante o período de garantia, por qualquer prejuízo resultante de vício ou perda de funcionalidade ou de características técnicas de materiais, equipamentos ou seus constituintes/componentes, para além do que resulta da sua normal utilização para os fins a que se destinam.

32.2. No decurso do período de garantia, a Metro do Porto, S.A. apenas promoverá as intervenções, excluídas do âmbito da garantia de responsabilidade do ADJUDICATÁRIO, com carácter de manutenção e conservação que derivem do uso normal dos equipamentos que fazem parte do FORNECIMENTO, ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina, permanecendo o ADJUDICATÁRIO com a responsabilidade de, nos termos da garantia, realizar todas as ações de correção que, eventualmente, se venham a revelar necessárias, imediatamente e à sua custa, através das substituições de equipamentos ou seus constituintes e da execução de todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos fornecimentos realizados nas condições previstas, designadamente para utilização como parte do sistema de transporte de passageiros em condições seguras e confortáveis.

32.3. Para efeitos da prestação de garantia o ADJUDICATÁRIO deverá manter disponíveis meios (humanos e materiais), seus e/ou de seus fornecedores ou subcontratados, e articulará e coordenará as suas prestações com as da Metro do Porto, S.A. ou com entidade por esta indicada com responsabilidades na Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (SMLAMP), estabelecendo para o efeito canal de comunicação próprio de modo a que as referidas prestações sejam realizadas em tempo útil e oportuno de modo a não terem impacto ou criarem condicionalismos no serviço de transporte de passageiros.

32.4. Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, a Metro do Porto, S.A. pode, sem custos adicionais, exigir ao ADJUDICATÁRIO que repita a execução do fornecimento com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.

32.5. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do CONTRATO, não sendo corrigidos os defeitos, a Metro do Porto, S.A. pode exigir a redução do preço e tem o direito de ser indemnizado nos termos gerais.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

32.6. Ocorrendo defeitos, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder às correções respetivas. Não as fazendo, a Metro do Porto, S.A. poderá mandar executar os necessários trabalhos por terceiro, efetuando as deduções dos custos correspondentes por recurso à caução.

32.7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no decurso do período de garantia, e no caso das anomalias no funcionamento de qualquer bem fornecido ou integrante do FORNECIMENTO que se vierem a verificar e que não sejam por motivos imputáveis ao ADJUDICATÁRIO, este deverá garantir a reposição imediata, num prazo não superior a 36 (trinta e seis) horas, sendo os encargos associados da conta da Metro do Porto, S.A.

33. Restituição dos depósitos e quantias retidas e extinção da caução

33.1. O regime de restituição de depósitos e extinção da caução rege-se pelo disposto no artigo 295.º do CCP.

33.2. A liberação das cauções pela Metro do Porto, S.A. será precedida de uma notificação do ADJUDICATÁRIO, declarando estarem cumpridas todas as respetivas obrigações contratuais.

VII. SUSPENSÃO, RESOLUÇÃO E CESSÃO/SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO

34. Suspensão do CONTRATO

34.1. A suspensão do fornecimento poderá ser promovida pela Metro do Porto, S.A. ou pelo ADJUDICATÁRIO, de acordo com o estipulado no artigo 297.º do CCP, só se tornando efetiva no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da receção da respetiva notificação, efetuada por carta registada com aviso de receção pela parte que a promova e na qual consignará os respetivos fundamentos,

34.2. No decorrer do período de suspensão, as partes procurarão ultrapassar as circunstâncias que justifiquem a suspensão comunicada, e caso o facto gerador da suspensão seja imputável ao ADJUDICATÁRIO deverá este assegurar o cumprimento do prazo contratual previamente estabelecido sem direito a qualquer prorrogação não podendo invocar qualquer tipo de reposição de equilíbrio financeiro.

35. Resolução do CONTRATO

35.1. O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das partes nos termos gerais de direito.

35.2. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode resolver o CONTRATO nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do CONTRATO por facto imputável ao ADJUDICATÁRIO;

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- b)** Incumprimento, por parte do ADJUDICATÁRIO, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c)** Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no CONTRATO;
- d)** Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no artigo 329.º do CCP;
- e)** Incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de decisões judiciais respeitantes ao CONTRATO;
- f)** Não renovação do valor da caução pelo ADJUDICATÁRIO, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- g)** Se o ADJUDICATÁRIO, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- h)** O ADJUDICATÁRIO se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i)** Se ocorrer um atraso no início ou na conclusão da execução do FORNECIMENTO imputável ao ADJUDICATÁRIO que seja superior a 30 (trinta) dias;
- j)** Se houver suspensão da execução dos fornecimentos pela ENTIDADE ADJUDICANTE por facto imputável ao ADJUDICATÁRIO ou se este suspender a execução dos fornecimentos sem fundamento, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- k)** Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia do fornecimento ou se não for repetida a execução do fornecimento com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos;
- l)** Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

35.3. O direito de resolução do CONTRATO pela ENTIDADE ADJUDICANTE exerce-se mediante declaração escrita dirigida ao ADJUDICATÁRIO, com indicação do fundamento de resolução, produzindo efeitos com a respetiva receção, sem prejuízo do direito de audiência prévia deste nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

35.4. A resolução do CONTRATO não prejudica a possibilidade de a ENTIDADE ADJUDICANTE aplicar as sanções contratualmente previstas que se mostrem devidas, nem o direito de indemnização nos termos gerais pelos danos resultantes do incumprimento do CONTRATO, nomeadamente por prejuízos decorrentes da adoção de um novo procedimento.

36. Resolução do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO

36.1. O ADJUDICATÁRIO pode resolver o CONTRATO nos casos previstos na lei, nomeadamente nos termos do disposto no artigo 332.º do CCP.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- 36.2.** O direito de resolução é exercido via judicial, sem prejuízo do disposto no artigo 332.º do CCP.

37. Cláusula penal

- 37.1.** A resolução do CONTRATO fundado em incumprimento de qualquer uma das partes, constitui o contratante faltoso na obrigação de indemnizar o cocontratante pelos prejuízos causados, devendo a indemnização ser calculada nos termos gerais de direito, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes, e podendo a Metro do Porto, S.A. recorrer às cauções caso as mesmas sejam devidas e não sejam voluntariamente pagas pelo ADJUDICATÁRIO.
- 37.2.** No caso de resolução do CONTRATO por facto imputável ao ADJUDICATÁRIO, pode ser aplicado ao ADJUDICATÁRIO uma penalidade correspondente a 20% do preço contratual a título de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do dano excedente, se existir.
- 37.3.** No caso previsto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deverá efetuar o pagamento do montante aí previsto no prazo de 30 (trinta) dias após notificação para o efeito, sem prejuízo de a ENTIDADE ADJUDICANTE poder executar as garantias prestadas pelo ADJUDICATÁRIO.

38. Alteração do pacto social

O ADJUDICATÁRIO, caso constitua uma pessoa coletiva especificamente para o efeito de executar o CONTRATO, não poderá promover qualquer alteração ao pacto social sem a prévia autorização, por escrito, da Metro do Porto, S.A.

39. Cessão da posição contratual e Subcontratação

- 39.1.** O ADJUDICATÁRIO apenas poderá ceder a sua posição contratual ou subcontratar, no todo ou em parte, a terceiros, após autorização da Metro do Porto, S.A., uma vez verificados os pressupostos e observados os limites previstos nos artigos 317.º a 319.º do CCP, e sempre sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
- 39.2.** Para efeitos da obtenção da autorização pela Metro do Porto, S.A., o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, de acordo com o disposto no n.º 2 dos artigos 318.º e do artigo 319.º do CCP, nomeadamente, a apresentação dos documentos de habilitação, bem como a enunciação, de forma clara, das razões que motivam a cessão da posição contratual ou o recurso à subcontratação.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- 39.3.** A Metro do Porto, S.A. deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
- 39.4.** Em caso de incumprimento das obrigações legais ou contratuais pelo Fornecedor, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Metro do Porto, S.A. pode determinar, por ato administrativo, a cedência da posição contratual do Fornecedor nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.
- 39.5.** Se a cedência prevista no número anterior se concretizar, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do art.º 318.º-A do CCP.
- 39.6.** Caso a cedência prevista no número 3 desta cláusula não vier a ocorrer, em virtude do concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, não mostrar interesse na referida cessão, pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º n.º 1 do CCP.

40. Foro competente e despesas do CONTRATO

- 40.1.** Os eventuais conflitos que possam surgir entre as partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras por que se rege o CONTRATO, serão resolvidas no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que se determina como o competente.
- 40.2.** A submissão de qualquer questão emergente do presente CONTRATO a resolução judicial, não exonera o ADJUDICATÁRIO do pontual e atempado cumprimento das disposições do CONTRATO e das determinações da Metro do Porto, S.A. que, no seu âmbito, lhe sejam comunicadas, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades integradas no CONTRATO, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data da submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.
- 40.3.** Todas as despesas do CONTRATO, designadamente, o pagamento de imposto de selo, serão da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO.

41. Força Maior

- 41.1.** Consideram-se casos de Força Maior para efeitos do CONTRATO os eventos imprevisíveis e inevitáveis, cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou atuação das partes, ainda que indiretos, e que comprovadamente impeçam o pontual cumprimento das obrigações contratuais, afetando negativamente a execução de fornecimentos ou atividades compreendidas no CONTRATO.
- 41.2.** Para os efeitos previstos no número anterior e sujeitos à verificação dos requisitos aí consagrados, consideram-se eventos de Força Maior, sem excluir outros,

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

atos de guerra ou subversão, insurreição, hostilidades ou invasão, tumultos, rebelião, terrorismo, explosão nuclear, contaminação radioativa ou química, cataclismo, tremores de terra, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, determinações governamentais ou administrativas injuntivas, ciclones, fogo, raio, inundações.

41.3. Não constituem casos de Força Maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam Força Maior para os subcontratados do ADJUDICATÁRIO, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do ADJUDICATÁRIO ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações afetas ao ADJUDICATÁRIO cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do ADJUDICATÁRIO não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

41.4. O ADJUDICATÁRIO, perante a ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de Força Maior ao abrigo do disposto na presente cláusula, fica obrigado a:

- a)** Comunicar, de imediato, à Metro do Porto, S.A., a ocorrência de qualquer evento qualificável como caso de Força Maior;
- b)** Comunicar à Metro do Porto, S.A., no mais curto prazo possível e com informação tão detalhada quanto possível, quais as obrigações emergentes do CONTRATO de cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força da ocorrência de um evento de Força Maior;
- c)** Mitigar, por qualquer meio razoável e apropriado ao seu dispor, os efeitos da verificação de um evento de Força Maior;
- d)** Comunicar à Metro do Porto, S.A. as medidas que pretende colocar em prática para reduzir o impacto do evento qualificável como caso de Força Maior e os respetivos custos que incorrerá na sua mitigação.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- e) Retomar o cumprimento das suas obrigações logo que tal se mostre possível, designadamente, logo que cesse a situação de Força Maior e/ou logo que sejam implementadas as medidas de mitigação e remédio de tal situação de Força Maior.

41.5. Sempre que um caso de Força Maior corresponda, até aos seis meses que antecedem a vicissitude ocorrida, a um risco normalmente segurável em praças Europeias por apólices comercialmente aceitáveis, e independentemente de o ADJUDICATÁRIO ter efetivamente contratado as respetivas apólices, verifica-se o seguinte:

- a) O ADJUDICATÁRIO não fica exonerado do cumprimento pontual e atempado das obrigações emergentes do CONTRATO, no prazo que para o efeito lhe for fixado pela Metro do Porto, S.A., na medida em que aquele cumprimento se torne possível em virtude do recebimento da indemnização devida nos termos da apólice de seguros aplicável relativamente ao risco em causa;
- b) Há lugar a indemnização pelo eventual excesso dos prejuízos sofridos relativamente ao valor de risco normalmente segurável em praças Europeias nos termos de apólices comercialmente aceitáveis, desde pelo menos seis meses antes da verificação do evento de Força Maior;
- c) Quando o cumprimento das obrigações contratuais seja definitivamente impossível, mesmo que tivesse sido recebida a indemnização a que se referem as alíneas anteriores, ou quando a atribuição de indemnização seja excessivamente onerosa para a Metro do Porto, S.A., em qualquer das circunstâncias, o ADJUDICATÁRIO paga à Metro do Porto, S.A. a indemnização aplicável ao risco em causa, desde que o caso de Força Maior corresponda, até aos seis meses que antecedem a vicissitude ocorrida, a um risco normalmente segurável em praças Europeias por apólices comercialmente aceitáveis.

41.6. A ocorrência de uma situação de Força Maior terá como efeito desonerar a Parte afetada da responsabilidade pelo não cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do CONTRATO, na exata e estrita medida em que o respetivo cumprimento pontual e atempado tenha sido impedido em consequência da referida ocorrência ou em que tal ocorrência tenha implicado o defeito no cumprimento.

41.7. A Força Maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da Força Maior.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

42. Autorizações da Metro do Porto, S.A.

- 42.1.** Os termos e condições de constituição das Apólices de Seguro e, bem assim, as respetivas instituições emitentes ou depositárias merecerão aprovação da Metro do Porto, S.A., pelo que terão de ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a celebração do CONTRATO, sob pena de aplicação de uma penalidade no montante máximo de 100,00€ (cem euros) por cada dia de atraso.
- 42.2.** Carecem igualmente de autorização da Metro do Porto, S.A., sob pena de nulidade, a substituição, cancelamento ou modificação dos seguintes documentos:
- a)** Termos e condições dos seguros apresentados;
 - b)** Caução prestada a favor da Metro do Porto, S.A.;
 - c)** Alteração do instrumento de associação jurídica.
- 42.3.** A aprovação de qualquer dos factos a que se refere a cláusula anterior será imperativamente formulada por escrito.
- 42.4.** As autorizações e aprovações a emitir pela Metro do Porto, S.A., ou as suas eventuais recusas, não implicam a assunção de quaisquer responsabilidades pela Metro do Porto, S.A., nem exoneram o ADJUDICATÁRIO do cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do CONTRATO.

43. Acompanhamento do Fabrico

- 43.1.** O ADJUDICATÁRIO deverá facilitar ao pessoal designado pela Metro do Porto, S.A. ou a auditores por esta indicados, visitas e verificações de qualquer parte dos fornecimentos em curso, assim como todos os meios necessários para o desempenho das suas funções de acompanhamento e supervisão.
- 43.2.** O ADJUDICATÁRIO, se assim for solicitado, deverá acompanhar os visitantes designados pela Metro do Porto, S.A., os quais terão livre acesso a todas as dependências e locais onde se desenvolve o fornecimento.
- 43.3.** O acompanhamento e supervisão do FORNECIMENTO pela Metro do Porto, S.A. não implica, em caso algum, a diminuição ou exoneração de qualquer das responsabilidades do ADJUDICATÁRIO.

44. Comunicação entre as partes

- 44.1.** Em todos os atos, reuniões, informações, correspondência entre a ENTIDADE ADJUDICANTE e o ADJUDICATÁRIO, ou seus representantes, será utilizada, como idioma imperativo, a língua portuguesa.
- 44.2.** Toda e qualquer informação a transmitir ao cocontratante deverá ser endereçada por escrito.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

44.3. Caso se verifique a necessidade de um entendimento verbal de carácter urgente, deve o mesmo ser ratificado por escrito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

44.4. Toda a correspondência referente à execução do FORNECIMENTO deve ser dirigida à Metro do Porto, S.A..

45. Responsabilidade

45.1. O ADJUDICATÁRIO responde diretamente perante a Metro do Porto, S.A. e seus agentes e é o único responsável por todos os acidentes ou danos sucedidos nos fornecimentos, durante a sua fase de execução e período de garantia. Como tal, é responsável pelas perdas, danos materiais e corporais ocasionados a terceiros em geral, em consequência da realização dos fornecimentos e por todos e quaisquer prejuízos causados por ação ou omissão do pessoal ao seu serviço, seus subcontratados e tarefeiros, e que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, designadamente que tenham origem na segurança do fornecimento ou no deficiente manuseamento, comportamento ou falta de segurança de equipamentos, equipamentos auxiliares, materiais, elementos de fabrico nas instalações e dos veículos.

Também é o único responsável por:

- a)** Acidentes que possam ocorrer durante o período de fabrico, de garantia e de disponibilização, desde os resultantes da má atuação profissional do ADJUDICATÁRIO, até aos decorrentes de casos de força maior;
- b)** Perdas ou danos causados a terceiros em geral, ao operador do sistema de metro, às autarquias envolvidas, a outros empreiteiros, fornecedores ou subempreiteiros a trabalhar no local, cuja responsabilidade seja legalmente imputável ao ADJUDICATÁRIO ou, solidariamente, a este ou à Metro do Porto, S.A.;
- c)** Acidentes com equipamentos auxiliares do ADJUDICATÁRIO ou sob o seu controlo, que possam provocar a sua inutilização ou quaisquer outros danos provocados a outros subcontratados.

45.2. O ADJUDICATÁRIO compromete-se a cooperar e a prestar o auxílio que, razoavelmente, lhe possa ser exigido com vista ao bom desenvolvimento dos fornecimentos integrados no objeto do CONTRATO.

45.3. Sem prejuízo do disposto anteriormente, constitui especial obrigação do ADJUDICATÁRIO promover e exigir de todas as entidades que venham a ser subcontratadas para o desenvolvimento das atividades integradas no objeto do CONTRATO, que sejam observadas todas as regras de boa condução dos fornecimentos em causa e especiais medidas de salvaguarda da integridade física de todo o pessoal afeto aos fornecimentos.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

45.4. São ainda da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO, nos termos definidos nos números anteriores, todos e quaisquer prejuízos que resultem para a Metro do Porto, S.A. em virtude da violação, pelo ADJUDICATÁRIO, das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

45.5. Caso a Metro do Porto, S.A., por qualquer razão, venha a ser demandada judicial ou extrajudicialmente por prejuízos sofridos por terceiros, nos termos dos números anteriores, o ADJUDICATÁRIO indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

46. Outros encargos do ADJUDICATÁRIO

46.1. Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, correrão por conta do ADJUDICATÁRIO, que se considerará, para o efeito, o único responsável:

- a)** A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao ADJUDICATÁRIO e que não resultem da própria natureza ou conceção do fornecimento, sejam sofridos pela Metro do Porto, S.A., seus agentes e operadores ferroviários, ou por terceiros até ao final do prazo de garantia do FORNECIMENTO, em consequência do modo de execução deste último, da atuação do pessoal do ADJUDICATÁRIO ou dos seus subcontratados e do deficiente comportamento ou da falta de segurança do fornecimento;
- b)** As indemnizações devidas por todos os acidentes ou danos acontecidos no âmbito do FORNECIMENTO, durante a sua fase de execução, a qual se conclui com a entrega da totalidade dos equipamentos.

46.2. É ainda responsável pelas perdas ou danos materiais ou corporais ocasionados a terceiros em geral, a outras empresas que eventualmente trabalhem no local do fornecimento, à Metro do Porto, S.A. e seus agentes, representantes e convidados em visita à zona da entrega do fornecimento e aos operadores, em todo o seu património que se localize na zona da entrega do fornecimento ou por ela transite e seus clientes, utentes, representantes, agentes e convidados em visita ao local e a qualquer veículo ferroviário, pertença ou não dos operadores, que transite pela zona da entrega do fornecimento, em consequência da execução dos fornecimentos ou por ação dos seus agentes ou operários, subcontratados ou do deficiente comportamento ou falta de segurança dos equipamentos, materiais, elementos de fabrico e equipamentos auxiliares dos fornecimentos.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

47. Cadastro de Imobilizado

- 47.1.** O Fornecedor deverá apresentar à ENTIDADE ADJUDICANTE informação relativa aos bens do inventário físico que fornece, obedecendo à estrutura de dados apresentado no Anexo I.
- 47.2.** O envio da informação referida no ponto anterior deverá ocorrer trimestralmente com referência ao montante acumulado faturado até esse momento.

Porto, 08 de julho de 2025

A ADMINISTRAÇÃO



Anexo I: Cadastro de Imobilizado